

O Turismo na Periferia do Capitalismo

A indústria do turismo, tal como praticada pelas grandes corporações multinacionais no Terceiro Mundo, é um índice de como a metrópole pode invadir as sociedades da etapa "pré-terciária", com o pretexto de reencontrar nelas um "paraíso perdido". Acontece no turismo o mesmo que nos quadernos de Walt Disney: a ilha do Pacífico onde Donald e seus sobrinhos vão em busca de tesouros e de terapias purifica-os com a inocência e o descanso perdidos na metrópole (Armand Mattelart).

Neste capítulo, abordaremos o que denominamos de ilusão do desenvolvimento, a dependência e a reedição do colonialismo. Parece ser extemporânea a tentativa de se estabelecer um vínculo entre a lógica colonialista e o turismo, uma vez que há décadas já ocorreu o processo de descolonização em âmbito mundial. Dessa forma, poderia ser equivocado falar de colonialismo no período pós-colonial, principalmente relacionando-o com uma atividade característica do século XX.

Em *Dialética da dependência* (2000), Rui Mauro Marini introduz outra compreensão para essa problemática: superada a situação colonial, entramos na situação de dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência (p. 9). É o que André Gunder Frank chamava, nos anos 60, de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Para a temática que estudamos, a dependência parece responder a uma das particularidades do turismo, que é produzir as mesmas relações servis, inclusive e principalmente de trabalho, que marcaram a história das ex-colônias e atuais periferias do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, percebemos a persistência de traços colonialistas no turismo, evidenciados principalmente pelos comportamentos e olhar dos turistas que saem dos países centrais em direção à periferia, como explicaremos no decorrer deste capítulo.

O esforço a ser aqui empreendido justifica-se pelo fato de que, mesmo depois de terminada politicamente a era colonial, persistiram e se reforçaram formas de relações sociais que remontam àquele período, tais como: o preconceito racial, cultural e linguístico; a manutenção de estruturas econômicas (periferia como fornecedora de matérias-primas, por exemplo) e o aprofundamento das diferenças de nível de bem-estar econômico, capitaneado pela sangria econômica e financeira em curso desde a crise global da dívida que ocorreu no início dos anos 80.

O argumento que queremos defender é que o turismo *também* pode ser visto como um *agente colonizador e de reforço da dependência*, que em muitos casos substitui as armas como instrumento de dominação. Para sermos mais precisos, é uma das formas de apropriação e controle do espaço por parte do capital por uma atividade que praticamente se baseia em permanência temporárias (a estada do turista). E, precisamente em países ou regiões da periferia do capitalismo, o turismo se constituiu na principal forma de domínio capitalista por parte dos países centrais.

Isto é, os capitais desses países, pois não é verdade que “um país explora o outro”. São as classes dominantes – ou frações de classe – de um país, inclusive associadas com as classes dominantes locais,

que exploram os trabalhadores em outro país. Nosso uso da linguagem corrente – país central domina país periférico – possui o caráter de simplificação textual.

Turismo, a reafirmação do mito do desenvolvimento

O exame da bibliografia disponível nacional e internacionalmente sobre turismo, entre outras coisas, evidencia a existência de uma ideia dominante sobre essa atividade: trata-se do passaporte para o desenvolvimento, como apresentamos no capítulo anterior. Especificamente para os países periféricos do capitalismo mundial, constitui-se na última promessa dos defensores da modernização.

Durante o século XX, a industrialização foi portadora da ideia de abundância, configurando-se no núcleo do projeto desenvolvimento (Lisboa, 1996, p. 6). Acreditou-se que os países subdesenvolvidos – ou “em desenvolvimento”, um eufemismo que o substituiu – alcançariam os níveis de bem-estar econômico e social do centro quanto mais acelerados fossem seus processos específicos de industrialização. Aliás, como destacado por Immanuel Wallerstein em *Após o liberalismo* (2002), o desenvolvimento econômico foi (e ainda é) o objetivo social que se tornou praticamente aceito por todos, mesmo aqueles com objetivos mais díspares entre si, como os liberais e os marxistas.

É possível fazer um balanço histórico desse processo, que nos indica, de modo geral, que a situação da imensa maioria dos habitantes dos países periféricos não se alterou substancialmente, tendo, inclusive, piorado em muitos casos (em termos percentuais). Ao estudar a evolução da renda e sua distribuição entre as diversas jurisdições políticas da economia capitalista mundial, Giovanni Arrighi, no livro *A ilusão do desenvolvimento* (1997), mostra como a economia mundial é estratificada em núcleo orgânico, semiperiferia e periferia, concluindo que as posições pouco se alteraram ao longo do século XX.

Concordando com a argumentação de Immanuel Wallerstein de que o “desenvolvimento é uma ilusão”, Arrighi argumenta que

as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentavam serialmente para um Estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados (p. 217).

Para ele, portanto, o desenvolvimento é um jogo de soma zero: se uma territorialidade está ganhando – isto é, crescendo economicamente –, significa que outra territorialidade está perdendo, isto é, enfrentando estagnação e crise.

Em uma perspectiva de orientação marxista de cunho trotskista, Ernest Mandel, em *O capitalismo tardio* (1982), apresentou, anteriormente, as mesmas conclusões que Wallerstein e Arrighi. Partindo do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, mostrou como as diferenças regionais de desenvolvimento, industrialização e produtividade estão constantemente aumentando (p. 264), o que para ele evidenciava a impossibilidade da plena industrialização dos países subdesenvolvidos no âmbito do mercado mundial no período do capitalismo tardio e do neocolonialismo (p. 264).

Problematicando a questão ecológica a partir da dilapidação dos recursos da natureza, mas sem cair no ecologismo, Elmar Altvater em *O preço da riqueza* (1995) chega às mesmas conclusões que os autores anteriores:

progresso, modernização e industrialização, em determinadas regiões do mundo, relacionam-se a um ganho em termos de ordem, a que corresponde, entretanto, o aumento material e energético da desordem, do caos em outras regiões do mundo. [Para ele] de uma maneira trágica, a exploração privada dos bens comuns globais não conduz ao aumento da prosperidade, mas à destruição dos recursos da natureza e, por esta via, à destruição da base vital da humanidade (p. 57 e 307).

Celso Furtado, no livro *O Mito do desenvolvimento econômico* (1998), apresentou um balanço crítico do processo de desenvolvimento e concluiu que a ideia de desenvolvimento econômico é um “simples mito”, que tem a função de

desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que

abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento* (p. 86).

Oswaldo de Rivero (2002) também é taxativo:

Após mais de cinquenta anos de teorias e políticas de desenvolvimento, a renda *per capita* em mais de setenta países considerados “em desenvolvimento” é menor que há vinte anos. Dos quase cinco bilhões de habitantes do mundo subdesenvolvido, mais de quatro bilhões vivem com menos de três dólares por dia e 1,3 bilhão deles sobrevive com menos de um dólar por dia, em extrema pobreza, porque não conseguem sequer se alimentar. Esta realidade recomenda deixar de lado o mito do desenvolvimento, abandonar a busca do Eldorado e substituir a agenda da riqueza das nações pela agenda da sobrevivência das nações (p. 215).

Fornecedora de matérias-primas, produtos semi-industrializados ou industrializados para o centro a periferia do capitalismo mundial, ao longo de todo o século XX, buscou por meio das políticas públicas alcançar o tão sonhado desenvolvimento, comportando-se tal qual “o burro que, estimulado pela cenoura pendurada na vara, conduz a carroça”

O turismo pode ser, dentro da argumentação presente, encarado como o “último milagre” do capitalismo mundial em sua jornada autoexpansiva. Políticos e acadêmicos não se cansam de mostrar números do turismo mundial, espalhando aos quatro ventos que “é hoje a segunda” – ou “terceira”, dependendo do texto ou documento oficial – fonte de renda mundial. Muitos chegam a afirmar que se trata do grande empregador do mundo!

O fato é que, nos países e regiões periféricas, todos os esforços vêm sendo feitos a fim de implementar o turismo. Depois dos sucessivos fracassos dos processos de modernização, o turismo apareceu, especificamente a partir da década de 1950, como a alternativa de desenvolvimento. Foi assim que a África e o Caribe entraram nos circuitos do turismo mundial. Uma evidência foi a produção de Hollywood na época: vários filmes retratando o continente africano (como *As neves do Kilimanjaro*) e alguns filmes de Elvis Presley que se passavam em Acapulco, no México.

É inegável que a introdução do turismo na periferia tenha acabado por gerar várias “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Mas essa prosperidade restringiu-se a poucos. Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, como apontado por Turner e Ash (1991), Bouhdiba (1981), e Saal (1987), isto é, de modo geral, os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do suposto progresso que o turismo promete.

E mesmo todo o esforço empreendido pelas elites periféricas – isenções, incentivos, doações de terra etc. –, durante mais de cinquenta anos, foi incapaz de alterar a estrutura mundial da economia turística. Ao analisarmos os números apresentados pela Organização Mundial do Turismo, podemos perceber que os mecanismos de manutenção da extração da economia mundial também se manifestam para o caso do turismo, como evidenciam os fluxos de turistas e receitas cambiais da Tabela 4.1 e Tabela 4.2.

Tabela 4.1. Fluxo mundial de turistas por região do mundo (em %).

Região	1985	1990	1995	1998
Europa	71,20	68,96	64,7	64,75
Eua + Canadá	13,36	14,01	12,17	12,18
México + Am. Central	4,49	2,28	4,71	4,17
América do Sul	0,6	0,69	0,83	1,79
Ásia + Oceania	6,24	11,14	14,07	13,15
África + Oriente Médio	4,11	2,91	3,52	3,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria.

Do ponto de vista da evolução do número de turistas, os dados mostram que, mesmo com uma ligeira queda relativa, a Europa concentra os fluxos mundiais – 64,75% em 1998, o que significou quase 350 milhões de turistas –, seguida pela América do Norte, com 12,18% para o mesmo ano. Assim, os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá

concentram 76,93% do fluxo turístico mundial. A tabela também evidencia a evolução do conjunto representado pela Ásia e Oceania, que se deve, principalmente, à notável expansão do turismo na China. Isso pode ter duas razões: de um lado, a abertura política e econômica promovida pelo país no início dos anos 90, que diminuiu as restrições à presença de estrangeiros; de outro, o câmbio favorável aos turistas.

A situação do conjunto composto pelas Américas Central e do Sul, África e Oriente Médio é que pouco se alterou no período. Do ponto de vista do movimento de turistas, embora tenham obtido incrementos absolutos no número de visitantes (de 26,5 milhões em 1985 para 53,5 milhões em 1998), a participação relativa desses países manteve-se estagnada, já que era de 9,2% em 1985 e passou a ser de 9,92% em 1998. Do ponto de vista das receitas cambiais, a situação piorou, também em termos relativos, pois era de 11,07% em 1985 e passou a ser de 6,02% em 1998, ou seja, esses países da periferia e semiperiferia do capitalismo mundial tiveram suas posições mantidas no período. O incremento no número de visitantes não foi suficiente para aumentar a participação desse conjunto de países na apropriação das receitas oriundas do turismo mundial.

Tabela 4.2. Receita cambial turística por região do mundo (em %).

Região	1985	1990	1995	1998
Europa	53,03	60,38	55,11	53,21
Eua + Canadá	19,42	20,10	19,68	21,40
México + Am. Central	4,31	3,45	1,75	2,02
América do Sul	1,61	0,59	1,82	2,32
Ásia + Oceania	16,48	12,92	20,05	19,38
África + Oriente Médio	5,15	2,55	1,59	1,68
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria.

A segunda tabela, que trata da receita cambial turística, acaba complementando a primeira. Nela enxerga-se, claramente, que a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, juntos, concentraram 72,45% das receitas mundiais em 1985 e melhoraram um pouco essa posição em 1998, pois passaram para 74,61%. O conjunto Ásia e Oceania também teve um bom

desempenho, passando de 16,48% para 19,38% das receitas cambiais. Isso pode ser explicado pela conjugação do processo de desvalorização das moedas locais com o aumento do número de visitantes, o que fez com que entrassem mais dólares nessas economias.

Aliás, o fator cambial parece ter sido o principal mecanismo de incremento turístico dos países da periferia ao longo do período. Quando o câmbio é desfavorável, isto é, quando a moeda nacional é valorizada frente ao dólar, o país tende a se tornar emissor líquido de turistas, isto é, o número de residentes que viajam é superior ao de visitantes. Esse foi o caso do Brasil, por exemplo, que implementou, em 1994, uma política monetária de valorização cambial que refletiu no saldo negativo da conta turismo do balanço de pagamentos.

Mesmo autores pró-turismo reconhecem a concentração das riquezas mundiais no setor: as receitas do turismo contemplam essencialmente o mundo desenvolvido, onde se localizam as principais agências de viagem (Robinson, 1999, p. 22). Isso também já foi ressaltado por George Cazes (1999), que destacou a crescente dependência dos países do Sul em relação ao sistema turístico multinacional, por meio de dois movimentos complementares:

De um lado, no quadro da irremediável evolução mundial em vista da liberalização e da privatização, que só poderia atingir também o turismo, por um processo geral e acelerado de desengajamento do Estado que, em numerosos países do Sul, retrocede ao setor privado: companhias aéreas e outros transportes, hotéis e resorts, cassinos, centros de convenção, marinas, complexos turísticos, mesmo centrais de aprisionamento, agências e escritórios de turismo, escolas de formação profissional [...]

Por outro lado, simultaneamente, a constituição ou reforço de uma rede turística transnacional de algumas firmas mundiais levadas, segundo as oportunidades, nas operações de controle vertical (transporte-produção e distribuição de viagens, hospedagem turística etc.; ilustrada na França por *Nouvelles-Frontières*, na Alemanha pelo primeiro operador do mundo, TUI) ou do desenvolvimento horizontal (como a constituição de megagrupos hoteleiros [...]). Como nos outros setores econômicos, as modalidades de intervenção destas firmas multinacionais nos

países do Sul modificaram-se; suas implicações e seus investimentos diretos deixaram lugar a formas mais sutis, menos onerosas, sem ser menos constrangedoras: *franchisings* hoteleiros e comerciais, aportes tecnológicos e profissionais diversos.

Particularmente, o primeiro movimento de privatização e desregulamentação aparece em publicação recente da Organização Mundial do Turismo (OMT) como crucial para o desenvolvimento do turismo na periferia. A OMT está defendendo abertamente os princípios da Organização Mundial do Comércio, que apregoa a abertura total das economias nacionais, especificamente para as atividades de serviços, que contemplam o setor turismo. Abertura esta traduzida na eliminação de restrições à entrada de capitais estrangeiros, controle de recursos naturais e acesso ao crédito e às isenções locais.

Em outras palavras, a OMT prescreve, para o turismo, a mesma receita genérica de abertura total e indiscriminada de mercados, relativa a outros setores da economia, que significa a capitulação final das políticas nacionais de desenvolvimento da periferia, substituídas pela dominação pura e simples dos grandes grupos industriais e financeiros internacionais.

Contrariando os mitos ideologicamente estabelecidos, queremos afirmar aqui que, na periferia do capitalismo, o turismo não se constitui em “motor do desenvolvimento”. Por isso, concordamos com Brian Archer e Chris Cooper (2001) que, num artigo pró-turístico, afirmaram:

nos casos mais extremos o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento de tipo neocolonial. Esse neocolonialismo retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais (p. 91).

E mesmo o aporte de divisas estrangeiras àqueles países pequenos que têm no turismo sua principal atividade econômica, acaba não beneficiando a maioria de suas populações. É isso o que também diz George Cazes (1999):

[...] muitos países frágeis e pouco diversificados economicamente devem importar o essencial dos equipamentos e dos produtos exigidos pelos visitantes estrangeiros [...] Um cálculo minucioso

das contas exteriores do turismo, levando em consideração o conjunto das entradas e das saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz o mais freqüentemente, a confirmar o pensamento pessimista de François Ascher: *não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável* (grifo nosso).

Quando analisamos o que acontece em vários locais do planeta, em que as canalizações de água e esgoto que servem a hotéis luxuosos passam por bairros pobres sem ser a elas ligadas; em que a eletricidade que ilumina e aquece o banho dos turistas não chega até as comunidades locais; em que o asfalto que passa pelos roteiros turísticos contrasta com as ruas esburacadas e enlameadas dos bairros pobres, muitas vezes a poucos metros da modernidade automobilística, concluímos que a especificidade do desenvolvimento pelo turismo para a maioria dos habitantes do mundo periférico não passa de uma ilusão.

O arquétipo colonial: o sexo como constituinte do turismo periférico

Do nosso ponto de vista, a evidência mais contundente em defesa da existência da reedição do colonialismo, que nos ajuda a compreender parte da expansão turística na periferia do capitalismo mundial, é a associação do turismo com o sexo. A literatura que trata sobre o tema mostra, muitas vezes de forma indireta, como a sexualidade se constituiu historicamente em atrativo e fundamento do turismo em ex-colônias e regiões periféricas.

Franz Fanon, ao escrever *Los condenados de la tierra* (1986), no contexto das lutas de libertação das colônias europeias no imediato pós-segunda guerra mundial, destacou:

Em seu aspecto decadente a burguesia nacional será consideravelmente auxiliada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamoradas das coisas exóticas, da caça, dos cassinos. A burguesia nacional organiza centros de descanso,

recreação e cura através do prazer para a burguesia ocidental. Esta atividade será chamada de turismo e será assimilada circunstancialmente por uma indústria nacional. Se quisermos uma prova desta eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonial em organizadores de festas para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que acontece na América Latina. Os cassinos de Havana, do México, das praias do Rio, as joias brasileiras ou mexicanas, as mestiças de treze anos em Acapulco e Copacabana são os estigmas desta atitude da burguesia nacional. Como não tem idéias, como está fechada em si mesma, isolada do povo, mimada por sua incapacidade congênita para pensar na totalidade dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional vai assumir o papel de gerente das empresas ocidentais e praticamente converterá seu país em prostíbulo da Europa (p. 141).

Na mesma linha crítica, Louis Turner e John Ash em *La horda dorada* (1991, p. 228), ao mostrarem como foi construída a “periferia do prazer”, destacaram como as ilhas do Caribe e dos Oceanos Índico e Pacífico tiveram suas imagens elaboradas pela indústria do turismo como pátrias do bom selvagem, cenários originais do Jardim do Éden:

As ilhas do Caribe são também paraísos uniformizados, se damos crédito à literatura tipicamente turística. Bali, as Seychelles, as ilhas do Pacífico Sul são todas elas “ilhas do amor”. A “promiscuidade” ou “permissividade” de seus habitantes passaram a ser um dos principais argumentos que justifica o fato de serem vendidas, tacitamente respaldadas pelas autoridades competentes. A linguagem publicitária que empregam é manifestamente sexual; os turistas são incitados a se deixar “seduzir”, são convidados a desfrutar da beleza intacta das ilhas; a dedicar-se poeticamente ao prazer. As ilhas do Trópico são vendidas, portanto, como se fossem o pátio de recreação dos típicos chauvinistas ocidentais, acomodados e viris (p. 229).

Relatos recentes mostram que o trágico destino das crianças, vítimas do turismo sexual, denunciado por Franz Fanon, incrementaram-se nos últimos cinquenta anos. Em reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, em 01 jan. 1997, Jaime Spitzcovsky apresentou números e

informações sobre a prostituição infantil no mundo. Relatando o caso da Ásia, o jornalista escreveu:

a prostituição infanto-juvenil envolve hoje na Ásia cerca de 1 milhão de crianças e continua a crescer, alimentada principalmente por turistas sexuais dos EUA, Europa, Austrália e Japão. Bordéis mantêm crianças em semi-escavidão e, no Camboja, por exemplo, oferecem sexo com meninas de seis anos por US\$ 3,00.

Mas é a Tailândia que, de acordo com os números apresentados na reportagem, é o principal polo de turismo sexual e infantojuvenil no mundo (800 mil crianças e jovens). As origens deste movimento devem ser buscadas já no início dos anos 60, quando os Estados Unidos, em guerra com o Vietnã, estabeleceram bases militares no Noroeste do país, e a Tailândia tornou-se o mais importante lugar de folga dos soldados estadunidenses

e passou a ser considerada como *lugar paradisíaco*, não só para os soldados em período de folga mas, depois da guerra, para os turistas de um modo geral. O turismo sexual passou, a partir daí, a ser incentivado com apoio do governo, uma vez que o turismo trazia divisas para o país (Lehmann-Carpozov, 1994, p. 57, grifo nosso).

Em síntese, o turismo sexual na Tailândia é um dos efeitos colaterais da guerra imperialista estadunidense no Vietnã.

Essa é uma das realidades dessa “história de êxito do capitalismo”, para usar uma expressão de Noam Chomsky (1993, p. 241), que não aparece nos textos dos pesquisadores que se encantam com as virtudes do capitalismo oriental, seguidor das receitas de política econômica impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial desde os anos 80. Os economistas pró-sistêmicos, que têm na ponta da língua os números das economias de Cingapura, Hong Kong, Filipinas, Taiwan e Coreia do Sul, nunca mencionam o essencial: a dura realidade das condições de existência da força de trabalho nos “tigres asiáticos”. Os salários estão entre os mais baixos do mundo, o que explica a enorme quantidade de fábricas dos países centrais lá instaladas, ávidas por trabalho excedente. A extorsão de mais-valia em sua forma absoluta – pela jornada de trabalho –, combinada

com a superexploração – pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor – é que explicam o crescimento econômico asiático e não supostas virtudes empresariais. Como muito bem assinalado por Ekkehard Launer e Renete Wilke-Launer (*apud* Lehmann-Carpozov, 1994):

Em Bancoc, uma cidade de seis milhões de habitantes, com quatrocentas favelas, mesmo aquelas pessoas que têm trabalho não podem viver independentemente com o que ganham. O salário mínimo não é suficiente para garantir-lhes a manutenção de vida, e mais da metade das mulheres que trabalham recebem ainda menos do que um salário mínimo. Para a procura de sustento, 300 mil pessoas correm, a cada ano, para Bancoc, vindas das regiões pobres do Norte e do Nordeste. A maioria é constituída de jovens mulheres que vão trabalhar como empregadas domésticas, em construções de estradas e nas fábricas. Muitas destas mulheres terminam na prostituição pobre dos bordéis, onde são tratadas como escravas. Outras vão trabalhar na prostituição nobre para servir às elites nativas, aos homens de negócios estrangeiros e aos turistas (p. 58).

A Tailândia, ao mesmo tempo em que recebe grandes empresas europeias, japonesas e estadunidenses, que extraem nas fábricas insalubres mais-valia absoluta, recebe também turistas desses países, ávidos pelo prazer. O mesmo raciocínio pode ser estendido aos demais destinos turísticos do continente asiático, da África e da América Latina. Noam Chomsky cita o uso da mão de obra escrava de crianças, a humilhação e as torturas enfrentadas por adolescentes e mulheres que chegam a trabalhar em turnos de mais de 15 horas diárias (Chomsky, 1993, p. 241). Essa é uma prática comum em toda a Ásia, como relatado por Naomi Klein em *Sem Logo* (2002).

A periferia assume uma dupla função: fornecer enormes quantidades de trabalho não pago – materializados nas mercadorias globais, como os tênis da *Nike*, brinquedos, roupas, aparelhos eletrônicos e outras mercadorias – e prazer para, respectivamente, o capital e os turistas provenientes dos países centrais.

O turismo sexual, portanto, expressa em sua particularidade o traço essencialmente colonialista do turismo nos países periféricos: se

outrora os conquistadores europeus pilhavam as riquezas naturais e estudavam as mulheres; no presente, expressam a dominação diretamente pelo dinheiro que carregam, que compra, inclusive, a virgindade de crianças e adolescentes na Ásia, África e América Latina.

Há vários relatos sobre esse fenômeno. No artigo *Turismo Sexual* publicado na página <www.muiereschile.cl> encontramos o seguinte relato: O japonês Kenji Ozawa foi condenado à prisão pelo governo de seu país por ter comprado com U\$ 550,00 a virgindade de uma criança cambojana de 14 anos. Muitos domínios na Internet, inclusive de grupos religiosos, enumeram fatos desse tipo.

Aliás, essa espécie de leilão é menos incomum do que se imagina, já que várias organizações não governamentais e mesmo a UNICEF o incluem no rol das agressões contra a infância e a adolescência. Os partícipes desse insólito mercado são sempre os mesmos: turistas estadunidenses, europeus e japoneses.

Desde meados dos anos 90, diante das pressões de Igrejas, da UNICEF e de Organizações Não Governamentais defensoras dos direitos das crianças e adolescentes, alguns países asiáticos vêm, oficialmente, olivando esforços para coibir o turismo sexual. Isso pode explicar, também, o grande incremento dessa forma de turismo na América Latina, especialmente na América Central.

O que queremos enfatizar aqui é a compreensão, implícita e explicitamente presente no pensamento e práticas dos turistas dos países centrais, de que a periferia do capitalismo é destinada a função de ser o “bordel do primeiro mundo”, que representa um componente essencial do turismo sexual. O “outro” é encarado como um mero objeto, pela sua sexualidade e sua raça. Alguns artigos, publicados na revista *Annals of Tourism Research*, apresentam variações desse tema.

Martin Oppermann (1999), por exemplo, no artigo *Sex Tourism*, após revisar a literatura existente sobre turismo sexual e prostituição, concluiu que as relações entre turistas e visitados – especificamente mulheres, em seu artigo – não poderiam simplesmente ser vistas como mera troca monetária, isto é, serviço sexual por dinheiro. Deve ser considerado também que os turistas procuram, além do prazer sexual, o afeto das mulheres da periferia, que não encontram nas prostitutas em seus países.

Por isso, o autor relata outros trabalhos que mostram haver uma tendência de os encontros entre turistas e mulheres locais durarem vários dias, inclusive durando toda a estadia dos mesmos no país visitado. Para os turistas, as mulheres dos países periféricos são vistas como carinhosas, compreensivas e calorosas. E muitos acham que acabam sendo vistos como “amigos”, pois pagam contas cotidianas das mulheres com as quais se relacionam.

Deborah Pruitt e Suzanne LaFont (1995), em *For Love and Money: romance tourism in Jamaica*, estudaram as turistas oriundas dos Estados Unidos e da Europa que tiveram encontros com jamaicanos. Para as autoras, no contexto da popularização das viagens turísticas nos países mais ricos e da maior independência feminina, as mulheres também passaram a viajar para a periferia objetivando encontros sexuais. Contudo, elas fazem a distinção entre “turismo de romance” e “turismo sexual”. Para elas, o encontro mulher-homem é uma experiência cultural, diferentemente do encontro homem-mulher, exclusivamente sexual. Assim, as mulheres fariam turismo de romance; os homens, turismo sexual.

Sem entrarmos na descrição minuciosa do artigo, importa aqui expor a forma como as turistas veem os homens da periferia – no caso aqui os jamaicanos: como “exóticos”, “românticos” e “viris” e preferem os homens de pele escura (negra) pois o Outro exótico tem sido construído como mais emocional, mais natural e sexualmente tentador (p. 430). As férias seriam uma oportunidade para as mulheres vivenciarem suas fantasias e mesmo encontrarem um parceiro e terem um filho, já que os homens de suas próprias culturas não são atenciosos, são apenas preocupados com suas carreiras, são pouco emotivos e confusos sobre seus papéis na relação com as mulheres (p. 427).

O artigo mostra as táticas que os homens jamaicanos usam para “escolher” a turista que tentará “seduzir” (linguagem deles) e como as turistas, mesmo pagando pelos encontros – afinal de contas, pagam as refeições, roupas e o aluguel dos carros que os homens jamaicanos dirigem –, acreditam estar tendo uma relação de romance com os nativos.

São relatados casos nos quais o envolvimento das férias foi extrapolado e os jamaicanos acabaram casando com as turistas e indo para a Europa e Estados Unidos. De forma similar ao que acontece em muitas

uniões entre turistas e mulheres locais, as autoras concluem que, depois de um período maior de convivência, os estereótipos acabam desmoronando: as mulheres acabam se decepcionando com seus parceiros porque descobrem que a “lealdade” e a “fidelidade” que tinham na Jamaica desaparece; os jamaicanos porque descobrem que as mulheres, em seus países, não são tão atenciosas quanto eram na Jamaica e que não são “ricas” e “extravagantes” quanto eram nas férias. Muitos, ainda, acabam descobrindo, segundo as autoras, que as mulheres centrais queriam realizar seus desejos de ter uma “relação exótica”, ou, até mesmo, um filho “moreno” para exibir suas ideias liberais.

As autoras, ao nosso juízo, acabam criando uma distinção forçada entre turismo de romance e turismo sexual, e não percebem que essa distinção é ilusória, já que mesmo a imagem de romance é comprada pela turista, que também está nos livros, nos panfletos e nos filmes.

Edward Herold, Rafael Garcia e Tony DeMoya, em *Female Tourists and Beach Boys* (2001), ao estudarem o turismo na República Dominicana, partiram da questão “turismo sexual ou turismo de romance?”, para verificar se existia alguma distinção de gênero entre o comportamento dos turistas e das turistas e das mulheres e homens locais.

As turistas, segundo os autores, viajam preparadas para ter “aventuras sexuais” e “experiências sexuais exóticas”. O exótico aqui quer dizer se relacionar com alguém de uma “raça diferente” (negros, para o caso estudado). As turistas que se envolveram com “garotos de praia” e foram entrevistadas disseram que tiveram experiências românticas e afetivas e que não foram questionadas por dinheiro. Mas pagaram jantares, bebidas e roupas e ajudavam os dominicanos com dinheiro para resolver seus problemas. Já os turistas tendiam a ser mais realistas a respeito de suas relações com as “trabalhadoras do sexo”: era claro que se tratava de um serviço sexual. Embora o texto não tenha tratado das motivações dos turistas, outros estudos apontam para a busca de “carinho”, “exotismo”, “mais erotismo” etc., como Oppermann (1999) e Lehmann-Carpzov (1994).

Para os autores do artigo, embora seja possível distinguir turismo de romance de turismo sexual, a fronteira entre ambos é muito tênue, embora tenham destacado que as relações que as turistas estabelecem com

homens locais tendem a ter um conteúdo mais romaneado. Contudo, tal ponto de vista não é corroborado por Jacqueline Sánchez Taylor que, no artigo *Turismo Sexual en el Caribe*, de 1999 (<www.mujireshile.cl>, acessado em 24 mar. 2003), relatou sucintamente algumas conclusões de uma pesquisa empírica realizada, em 1997, junto a trabalhadores sexuais em Cuba, República Dominicana, Venezuela e Jamaica.

Para ela, o comportamento das mulheres que viajam em busca de sexo não difere em nada daquele assumido pelos turistas sexuais do sexo masculino:

tal como o turismo sexual masculino, pode ser entendido como um intento de confirmação de uma dada identidade em termos raciais e de gênero; também o turismo sexual feminino parece refletir uma preocupação em inverter e restaurar uma ordem particular e para assegurar sua própria posição e poder dentro desta ordem (f. 1).

Quer dizer, ao transgredirem as fronteiras sexuais de gênero, raça e idade, as mulheres exercem o poder pelo exercício da

superioridade racial nos países caribenhos que, juntamente com seu poder econômico, coloca-as no mesmo nível dos homens brancos e assim, por um momento, elas podem experimentar a sensação de ter mais poder do que um homem (f. 2).

Quanto aos turistas sexuais, Jacqueline Sánchez Taylor ressalta que não é somente sexo barato o que buscam:

também gostam de viajar a países do Terceiro Mundo, porque sentem que se restaura de alguma maneira a ordem apropriada entre os gêneros e as “raças”. As mulheres e garotas estão prontas para satisfazê-los; os negros, latinos e asiáticos os servem. Lustram seus sapatos, limpam seus quartos etc. Tudo como deve ser (f. 2).

Cabe aqui apresentar as conclusões da autora, com as quais concordamos:

Teoricamente, a característica mais interessante do turismo sexual é o envolvimento da população local no uso de sua “negritude”

como parte do produto que estão vendendo. Somado aos serviços reais, seja o trabalho como guia, como vendedor de frutas, artistas ou como gigolós e prostitutas, eles estão vendendo parte de sua própria personalidade. Enquanto permaneça aceitável usar a diferença como o único fator de venda do Caribe, a indústria turística continuará apoiando um contexto no qual se permite (e inclusive se promove) o turismo sexual. Isto por sua vez serve para afiançar não somente as desigualdades entre Ocidente e os países em desenvolvimento, mas as próprias formas de racismo e sexismo que estruturam modelos de exclusão e exploração (f. 5).

Devemos também mencionar o romance *Plataforma* (2002), de Michel Houellebecq, que conta a história de um burocrata do governo francês que aproveita as férias em pacotes de turismo sexual e se envolve com uma agente de viagens que se especializa em promover roteiros de prazer na periferia. A mensagem é a seguinte, em poucas palavras: a vantagem competitiva (título de um dos capítulos do livro) dos países pobres é ter mulheres bonitas, carinhosas e sexualmente liberadas. Portanto, o futuro desses países é o turismo sexual.

Podemos dizer que as crianças, mulheres e também homens da periferia são uma espécie de “recurso prazeroso” da colonização turística: ao invés de exportarmos os recursos naturais tradicionais como apúcar, café, frutas e minerais, estamos importando turistas para se deliciarem com aquilo que eles acreditam ser nossa “vantagem competitiva”: a sexualidade. O sexo é assim um produto de exportação consumido localmente. Embora pareça ser contraditório, queremos enfatizar aqui que nos países centrais existe um “imaginário” sobre as viagens à periferia, associando-a aos encontros prazerosos, ou seja, é exportada a ideia, socialmente construída, de que a periferia seria um “jardim das delícias”.

Finalmente, é necessário dizer que inexistem relatos de movimento turístico motivado pelo sexo praticado na direção inversa, isto é, da periferia para o centro. Dessa forma, não existe na literatura nenhuma menção às viagens sexuais praticadas por habitantes da Tunísia, Malásia ou Brasil, por exemplo, em busca de experiências sexuais com “exóticos” e “eróticos” europeus ou estadunidenses, o que serve para

reforçar o conceito de “periferia do prazer” criado por Louis Turner e John Ash.

Talvez pareça paradoxal que o perfil dominante do turista sexual o caracterize como segmento médio – profissionais liberais, autônomos – e de membros da classe trabalhadora do centro do sistema. Mas isso também faz parte do jogo: o turismo, como já dissemos na introdução deste livro, tem uma função de “válvula de escape” para os conflitos e tensões sociais, isto é, funciona como um mecanismo de sedução dos trabalhadores. Na periferia, por um curto período, as “mulheres amáveis” e o conjunto de trabalhadores a seu dispor fazem com que o turista se sintam como um “patrão”, como um “senhor no meio dos seus servos”. O sujeito-mercadoria tem seus dias de glória no paraíso tropical, como se fosse um Robinson Crusóé, que tinha Sexta-Feira a seu inteiro dispor.

A existência da periferia do prazer acaba representando de forma precisa uma série de diferenças dicotômicas, elaboradas historicamente: rude – civilizado; pobre – rico; subordinação – dominação; sexual – reprimido. São essas diferenças que acabam sendo “consumidas” ou “vivenciadas” durante as férias dos turistas centrais. Mary Louise Pratt, em sua obra *Os olhos do império* (1999), argumenta que a síntese da relação colonial é a *disponibilidade* dos habitantes locais em relação aos europeus. São sujeitos instrumentais da vontade metropolitana. O turismo sexual, com base na discussão aqui apresentada, é o suprassumo dessa disponibilidade. Mas essa dominação aparece de outras maneiras, como exporemos a seguir.

Os residentes como mercadoria: força de trabalho e exotismo cultural

Para além das questões ligadas à sexualidade, outros dois aspectos definem o turismo na periferia como elemento de manutenção do colonialismo e da dependência: de um lado, os trabalhadores do turismo encontram-se na base da estrutura ocupacional de seus países e suas atividades são intrinsecamente pautadas pelo servilismo, como assinala do por Jost Krippendorf (1989) em *Sociologia do turismo*:

no hotel ou na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções como serviçais: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs, o chofer, os músicos, os dançarinos de músicas folclóricas etc. Esta situação reforça o sentimento da própria superioridade (p. 113).

Aqui os habitantes locais existem, portanto, enquanto a mais importante das mercadorias: a força de trabalho.

De outro lado, os habitantes locais são “vendidos” como seres “exóticos”, “pitorescos”, como elementos componentes de um grande “zoológico humano”. Os nativos tornam-se um espetáculo e um tema de fotografias (Krippendorf, 1989, p. 113). A isso os apóstolos do turismo chamam de *turismo cultural*.

“Estar disponível”, eis o imperativo que caracteriza aqueles que servem aos turistas. É constituinte do turista o desejo de ser atendido imediatamente em suas necessidades, de ser tratado de forma diferenciada, já que o anonimato das férias e o curto período que a caracterizam permitem que ele exercite e pratique o que se chama de ritual de inversão, isto é, se comportar e agir de forma completamente distinta (e muitas vezes inaceitável) da existente em seu país de origem.

E quando o turista oriundo dos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão se encontra em um país periférico, tal lógica comportamental floresce muito mais facilmente, porque comumente ele carrega consigo um conjunto de estereótipos sobre o “outro” que foram historicamente estabelecidos (e essa também é a História da dominação!), como por exemplo: [...] não podemos argumentar com eles; eles não podem se controlar; não dão valor à vida humana; só compreendem a violência (Hardt; Negri, 2001, p. 141).

Como os contatos que ele (o turista) estabelece com os residentes se baseiam principalmente na servidão – o nativo é o que carrega sua bagagem, o conduz como guia, serve seu alimento, cuida do seu corpo através das massagens etc. –, não é difícil perceber que a experiência turística serve para confirmar aquilo que o turista já pensava antes de viajar: que no país visitado ele será tratado como um rei porque os nativos são pobres e necessitados de dinheiro e que na periferia estes serão encontrados vivendo em “estado natural”.

Ou, como nos diz Krippendorf (1989):

os Outros são pobres, mas felizes. Despreocupados e hospitaleiros. Mas, naturalmente, um tanto desorganizados, não muito limpos, pode-se até dizer que sujos, de qualquer forma, extravagantes, preguiçosos e pouco inteligentes (p. 114).

Inclusive os momentos de consumo da cultura local, presenciando e mesmo participando ativamente das cerimônias místico-religiosas e danças tradicionais trazem consigo a ânsia de confirmar “como eles são diferentes!” ou mesmo “como eles são primitivos!”. Quando os turistas, por exemplo, ao visitarem localidades onde vivem populações indígenas que não estão trajando vestimentas imaginadas por eles – tangas, pinturas no corpo, cocares, colares etc. – são comuns manifestações de decepção, já que os turistas acham que suas expectativas estereotipadas devem ser confirmadas. E essas expectativas fazem parte das imagens que são vendidas e compradas por eles.

O excelente estudo de Louis Turner e Gordon Ash, *La horda dorada* (1991), descreve como a visão que o turista acaba tendo do país estrangeiro só pode ser esquizofrênica e fragmentada:

Fora do hotel, acredita-se que os habitantes da localidade sejam réplicas em carne e osso das bonecas vestidas com o traje nacional que são vendidas nas lojas dos aeroportos. Considera-se que praticarão rituais pitorescos, hábitos com muito colorido, uma tecnologia arcaica, enfim, tudo o que se distingue por completo do estilo de vida da burguesia ocidental; na prática isto quer dizer que os nativos devem ser relativamente pobres, ignorantes, supersticiosos (p. 211-212).

A comercialização da cultura local, diga-se de passagem, vem se configurando, há muito, um grande produto da indústria do turismo. Haja visto frases tiradas de vários textos sobre turismo, que reproduzem folhetos de propaganda de agências de turismo e apresentam sugestões para viagens e críticas à comercialização de tradições locais:

- No frio polar, aprenda a construir seu próprio iglu como os esquimós.
- Aprenda com os aborígenes a curar mordidas de serpente e como escutar o canto dos pássaros junto aos rios para saber se há crocodilos escondidos por perto.
- Participe do festival budista no Himalaia, em que as danças com máscaras são um espetáculo à parte.
- Os camponeses peruanos e suas lhamas conduzirão você às fontes da cultura andina.
- Visite as reservas de caça mayorí (na África) e veja hoje mesmo como é a vida na Idade da Pedra.
- No deserto, na caravana dos Tuaregues, você se sentirá como nas Mil e Uma Noites.

Os exemplos elencados evidenciam que o consumo da cultura local está associado cada vez mais à “autenticidade encenada” (John Urry, 1996), inclusive porque há relatos de que às vezes, chega-se a modificar o programa das festas e abreviar as danças para evitar a fadiga dos turistas ocidentais. Além disso, como destacamos anteriormente, são inventadas “tradições novas”, especificamente para atender aos turistas. No Nepal, por exemplo, o Festival de Ladakh, realizado na primeira semana de agosto, foi criado recentemente pelo Serviço de Turismo com o único intuito de atrair visitantes (John Urry, 1996).

Nestor García Canclini, em *As culturas populares no capitalismo* (1983), mostrou como a cultura popular tradicional serve à reprodução do capital e da cultura hegemônica:

O que vê o turista: enfeites para comprar e decorar seu apartamento, cerimônias “selvagens”, evidências de que a sua sociedade é superior, símbolos de viagens exóticas a lugares remotos, portanto, do seu poder aquisitivo. A cultura é tratada de modo semelhante à natureza: um espetáculo. O passado se mistura com o presente, as pessoas significam o mesmo que as pedras: uma cerimônia do dia dos mortos e uma pirâmide maia são cenários a serem fotografados (p. 11).

Não é de se estranhar que, por exemplo, o vodu caribenho seja encenado para os turistas, nem que existam visitas programadas aos

terreiros de candomblé, na Bahia... O “pitoresco” e o “exótico”, isto é, esses “rituais primitivos” transformados em mercadorias, também acabam reafirmando o estereótipo colonial: na periferia, “eles” ainda praticam rituais “bárbaros”.

Em suma, podemos dizer que os turistas centrais, em suas viagens à periferia, procuram confirmar suas diferenças absolutas em relação ao Outro, necessariamente fora dos valores da civilização ocidental. Michael Hardt e Antonio Negri (2001) chamam a atenção para a necessidade que o Eu (no caso o Eu europeu) tem de conhecer, ver e mesmo tocar o colonizado (p. 144) como forma de afirmação de sua identidade: [...] o mal, a barbárie e a licenciosidade do Outro colonizado tornam possíveis a bondade, a civilidade e o decoro do Eu europeu (p. 144).

Os turistas na periferia presenciam (isto é, assistem) as festas locais; experimentam as comidas e bebidas locais; olham patrimônios culturais; interagem fisicamente com crianças, mulheres e homens de raças diferentes e, é claro, são saciados em suas vontades por uma miríade de trabalhadores mal-pagos. Esses vários momentos são variações de um mesmo tema. São formas de reprodução do estatuto colonial e das relações de dependência.

Acreditamos, na verdade, que existe um impulso irresistível no turismo, esse veículo específico da dominação capitalista, que o leva a apropriar-se das festas e demais manifestações tradicionais, inclusive inventando-as e recriando-as de forma espetacular. Enfim, como já disse Jost Krippendorf (1989), autor otimista quanto às possibilidades emancipatórias do turismo:

este fenômeno está há vários anos sob acusação: uma forma de subversão, porque se infiltra e impõe costumes estrangeiros; uma forma nova e manhosa de colonialismo, porque, sob um ar de inocência, cria novas relações de dependência e dormi-nio e explora seres humanos e o ambiente. Eis a triste verdade (p. 104).

Turismo e cinema: reforçando estereótipos

- Bem, terra firme.
- Devemos ser os primeiros turistas desde a guerra.
- Somos viajantes, não turistas!
- E qual é a diferença?
- O turista pensa em voltar para casa assim que chega, e o viajante pode nem mesmo voltar [...]
- Quer dizer que eu sou um turista?
- Sim, Turner, e eu sou meio a meio.

O diálogo transcrito marca o início do filme americano *O céu que nos protege*, de Bernardo Bertolucci, 1990, ambientado em algum lugar do Saara depois da Segunda Guerra Mundial. O filme, estrelado por John Malkovich e Débora Unger, conta a história de um casal abastado dos Estados Unidos – potência vitoriosa da guerra – que, após 10 anos de casamento, viaja com um amigo – que vem a ser amante da mulher durante a trama, o que revela não só o desejo do turismo, mas o desejo da mulher em ter uma outra vida – para a África subsaariana com o objetivo de salvar a crise no relacionamento.

Desde o início, fica estabelecido o contraste entre o poder econômico dos que viajam e a miséria dos nativos: os árabes são vistos como pedintes, repletos de doenças, mesquinhos, vingativos e, o que é mais importante, sempre na condição de servís, desde a marcante cena inicial na qual, após o diálogo já transcrito, um grupo de garotos maltrapilhos dispõe-se a carregar a enorme quantidade de malas do trio central em troca de algumas moedas.

Ao mesmo tempo, a natureza é encarada como o mistério, o poder implacável que nas regiões “atrasadas” molda o caráter dos homens. Além disso, é a natureza intocada (o deserto). O destino dos personagens é também simbólico. Enquanto Turner, o amante, que se comporta apenas como turista, cumpre o ritual de *ver, experimentar e retornar* e atravessa a trama incólume, os personagens do marido e da mulher sofrem a experiência da “integração” de forma trágica: o marido, após uma mal-sucedida visita a uma prostituta, que tenta roubar-lhe a carteira, foge por entre vielas sujas e escuras e leva uma surra. Depois, contrai febre tifóide e morre.

A mulher, após o enterro do marido literalmente no meio do deserto, mistura-se a uma caravana de beduínos. Sua personagem passa por uma transformação no vestir: das roupas cáqui e brancas ela incorpora a vestimenta do deserto; da pele alva e cabelos limpos, ela se escurece e se suja: queimada de sol e empoeirada, sua principal forma de interação com o “outro” é a sexual, visto que se torna amante do líder da tribo e permanece trancada em um quarto isolado no terraço da casa dele. Somente depois de ser encontrada por uma representante da embaixada estadunidense, ela retoma as feições e trajas originais, sendo acolhida em um hospital da igreja católica. A mensagem é clara: em terra de bárbaros, somente a fé cristã e os laços metropolitanos podem salvar.

Esse é um bom exemplo do caráter colonialista que envolve o movimento turístico dos países centrais em direção às periferias do capitalismo contemporâneo. É sintomático que os personagens principais, que se autodenominavam “viajantes”, tenham tido um destino trágico na trama, simbolizando que as tentativas de uma inserção mais profunda no universo do outro estão previamente condenadas a consequências traumáticas. O melhor mesmo é ser turista, que ao não se envolver tem menos riscos de “contágio”.

Como segundo exemplo, vamos mencionar um filme francês, de 1974, que se tornou um clássico do cinema erótico: *Emanuelle*, de Just Jaeckin, estrelado por Silvia Kristel. O filme, que trata das aventuras sexuais de uma jovem esposa de um diplomata francês na Tailândia é, por outro lado, a expressão dos traços colonialistas do turismo. A personagem Emanuelle, recatada sexualmente em solo francês, libera-se ao viajar. Suas experiências começam já no avião que parte de Paris. Ao chegar na Tailândia, após ser recebida no aeroporto pelo marido, fica chocada com a miséria que presencia durante o trajeto até a mansão do embaixador, localizada em plena floresta tropical. Ela chega a se assustar diante da multidão de crianças pedintes (sempre as crianças!) que a cercam ainda na saída do aeroporto. Aliás, é a natureza exuberante que serve de pano de fundo para a maior parte das tomadas do filme. A exploração da sexualidade da personagem passará, inclusive, por experiências com homens nativos.